


**COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE**

 CNPJ 92.675.255/0001-72  
 NIRE 43 3 000220 9

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

**Senhores Acionistas,**  
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Informamos ainda que o Parecer dos Auditores Independentes encontra-se disponível no sítio da Companhia na internet.

**A Diretoria.**
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais)**

ATIVO	Notas	2017		2016		PASSIVO	Notas	2017		2016	
<b>Circulante</b>		<b>15.078</b>	<b>8.086</b>	<b>10.306</b>	<b>2.068</b>	<b>Circulante</b>		<b>64.232</b>	<b>72.465</b>	<b>64.232</b>	<b>72.465</b>
Disponibilidades		10.306	2.068	10.306	2.068	Fornecedores	3.10	6.104	8.038	6.104	8.038
Caixas e equivalentes de caixa	3.3	10.306	2.068	10.306	2.068	Empréstimos e financiamentos	3.11	13.418	21.676	13.418	21.676
Direitos Realizáveis		4.772	6.018	4.772	6.018	(-) Encargos financeiros a apropriar		(1.426)	(3.680)	(1.426)	(3.680)
Devedores - atividades de transporte		117	433	117	433	Obrigações sociais e trabalhistas	3.13	4.256	4.776	4.256	4.776
Adiantamentos		382	349	382	349	Obrigações tributárias	3.14	180	421	180	421
Tributos a recuperar		820	2.058	820	2.058	Antecipação receita de transporte	3.17	11.583	12.939	11.583	12.939
Estoque	3.4	3.453	3.178	3.453	3.178	Outros credores	3.15	20.274	13.359	20.274	13.359
<b>Não Circulante</b>		<b>85.754</b>	<b>100.412</b>	<b>85.754</b>	<b>100.412</b>	Provisões trabalhistas		9.843	14.936	9.843	14.936
Realizável a Longo Prazo		7.031	6.058	7.031	6.058	<b>Não Circulante</b>		<b>43.074</b>	<b>47.757</b>	<b>43.074</b>	<b>47.757</b>
Partes relacionadas - PMPA		884	884	884	884	Empréstimos e financiamentos	3.11	15.962	30.792	15.962	30.792
(-) Provisão para liquidação duvidosa		(578)	(578)	(578)	(578)	(-) Encargos financeiros a apropriar		(1.682)	(4.734)	(1.682)	(4.734)
Depósitos judiciais	3.5	6.438	5.468	6.438	5.468	Contribuições sociais parceladas		7.398	4.122	7.398	4.122
Valores a recuperar		287	284	287	284	Credores - atividades de transporte		575	431	575	431
Bens mantidos para venda	3.8	377	42	377	42	Tributos a homologar		237	237	237	237
Veículos de passageiros		377	42	377	42	Tributos diferidos		3.074	3.074	3.074	3.074
Investimentos		2	2	2	2	Provisões judiciais	3.16	17.510	13.835	17.510	13.835
Outros investimentos		2	2	2	2	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>(6.474)</b>	<b>(11.724)</b>	<b>(6.474)</b>	<b>(11.724)</b>
Imobilizado	3.9	78.320	94.275	78.320	94.275	Capital social	3.18	264.719	220.719	264.719	220.719
Imóveis de uso próprio		13.689	13.814	13.689	13.814	Capital social a integralizar		-	(4.784)	-	(4.784)
Bens móveis		8.140	8.721	8.140	8.721	Ajustes de avaliação patrimonial		5.968	5.968	5.968	5.968
Veículos de passageiros		49.427	63.932	49.427	63.932	Prejuízos acumulados		(277.161)	(233.627)	(277.161)	(233.627)
Outras imobilizações		7.064	7.808	7.064	7.808	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>100.832</b>	<b>108.498</b>	<b>100.832</b>	<b>108.498</b>
Intangível	3.9	24	35	24	35						
Outros intangíveis		24	35	24	35						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>100.832</b>	<b>108.498</b>	<b>100.832</b>	<b>108.498</b>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL E RESULTADO ABRANGENTE**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Ajustes de aval. patrimonial	Prejuízos acumulados	PL total	Dem. resultado abrangente
<b>Saldos em 31/12/2015</b>		<b>165.734</b>	<b>(4.784)</b>	<b>5.968</b>	<b>(159.519)</b>	<b>7.399</b>	
<b>Aumento e integralização de capital social</b>		55.000	-	-	-	55.000	
<b>Ajustes grupamento de ações</b>		(15)	-	-	-	(15)	
<b>Ajustes exercício anterior</b>		-	-	-	128	128	128
<b>Resultado do exercício</b>		-	-	-	(74.236)	(74.236)	(74.236)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>		<b>220.719</b>	<b>(4.784)</b>	<b>5.968</b>	<b>(233.627)</b>	<b>(11.724)</b>	<b>(74.108)</b>
<b>Aumento e integralização de capital social</b>	3.18	44.000	4.784	-	-	48.784	
<b>Ajustes exercício anterior</b>	3.24	-	-	-	(347)	(347)	(347)
<b>Resultado do exercício</b>		-	-	-	(43.187)	(43.187)	(43.187)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	3.18	<b>264.719</b>	-	<b>5.968</b>	<b>(277.161)</b>	<b>(6.474)</b>	<b>(43.534)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**1. Contexto Operacional**

A Companhia Carris Porto-Alegrense, sociedade de economia mista sob o controle acionário do Município de Porto Alegre, foi fundada em 19/06/1872. Seu objeto principal é a prestação de serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, especificamente, da Baía Pública de Porto Alegre, linhas de ônibus que são de responsabilidade, única e exclusivamente, do Município, tendo sido tal serviço delegado pelo Decreto nº 8.852, de 25/12/1986. Possui uma frota operacional de 347 ônibus e detém 22,44% do mercado de transporte de passageiros por ônibus de Porto Alegre. Em 2017, a nova direção da companhia implantou um plano de gestão, incluindo o desenvolvimento e implementação de um plano orçamentário, visando a recuperação e reequilíbrio econômico financeiro da companhia, interrompendo a sequência de aumento dos resultados negativos dos últimos anos e reduzindo a necessidade de aportes dos acionistas. O Plano Orçamentário foi elaborado seguindo as etapas de análise dos dados financeiros e operacionais, incluindo histórico dos últimos anos e informações de mercado. Foram definidas as principais premissas, considerando um cenário conservador na receita e queda no número de passageiros equivalentes. Para as despesas foram definidas metas de redução, sendo criados comitês com a finalidade de garantir o atingimento das metas e o monitoramento detalhado das performances por conta e por área da Companhia. Cabe salientar que para o exercício de 2018, o orçamento do Município prevê R\$ 30 milhões de aportes para a Carris, sendo que R\$12 milhões foram efetivados no primeiro quadrimestre do ano.

**2. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas**

**2.1 Julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeriram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**2.2 Estimativas e premissas** - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data das demonstrações financeiras, envolvendo risco de causar ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são apresentadas a seguir:

**2.2.1 Provisão para demandas judiciais** - A Companhia reconhece provisão para causas judiciais cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**2.2.2 Redução do valor recuperável de ativos** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos de vida longa (imobilizado) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**3. Resumo das Principais Políticas Contábeis**  
 As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 27 de abril de 2018 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6404/76 e alterações produzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, pelas normas contábeis emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pelos pronunciamentos, orientações e interpretações do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**3.1 Moeda Funcional** - A Companhia Carris Porto-Alegrense utiliza em suas transações correntes a moeda vigente em circulação "Real".

**3.2 Classificação e reconhecimento de ativos e passivos** - Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros deles provenientes fluirão para a Companhia e seus custos ou valores puderem ser determinados em bases confiáveis. Quando for improvável a geração de benefícios econômicos uma despesa é reconhecida na demonstração do resultado. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou constituída, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados à medida que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**3.3 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

Caixa		2017	2016
Caixa e Bancos		1.336	971
Equivalentes de Caixa			
<b>Banco</b>	<b>Modalidade</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa Econômica Federal	Caixa Fic Personal RF LP	-	78
Banco do Brasil	BB Renda Fixa LP 100	8.600	571
Caixa Econômica Federal	Caixa Fic Ideal RF LP	260	350
Banrisul	CDB Automático Mensal	97	85
Caixa Econômica Federal	Poupança	14	13
<b>Total Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>10.306</b>	<b>2.068</b>

(i) Investimento contratado na modalidade Pós-Fixada DI. Resgates Antecipados (automático) sujeitam-se a percentuais compatíveis com o prazo de permanência da aplicação até o limite de 103% do DI.

**3.4 Estoques** - Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem o seu valor recuperável. O custo de aquisição abrange o preço de compra, tributos não recuperáveis, transporte e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição, deduzidos de descontos comerciais e abatimentos.

Estoques	2017	2016
Peças e acessórios	2.920	2.428
Combustíveis e lubrificantes	244	369
Outros estoques	289	381
<b>Total</b>	<b>3.453</b>	<b>3.178</b>

**3.5 Depósitos judiciais** - Contabilizados os valores dos depósitos correspondentes aos processos judiciais nas áreas trabalhista e cível, em tramitação na justiça.

Depósitos Judiciais	2017	2016
Trabalhistas	4.699	3.835
Cíveis	1.739	1.633
<b>Total</b>	<b>6.438</b>	<b>5.468</b>

**3.6 Ajuste ao valor presente** - O CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis estabeleceu que os ativos e passivos devem ser ajustados pelo seu valor presente. Na avaliação da Administração os componentes de curto e longo prazo da Companhia não são passíveis de ajuste a valor presente.

**3.7 Redução ao valor recuperável de ativos** - A Administração efetuou análise sobre a capacidade de recuperação de valores registrados no ativo imobilizado, com o objetivo de identificar a existência de ativos que possam ter sofrido desvalorizações significativas. O resultado dessa análise revela que existem situações que indicam que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por venda.

**3.8 Bens mantidos para venda** - Contabilizados os valores dos bens retirados da frota operacional, em sua maioria, com dez (10) anos ou mais de vida útil, mensurados pelo valor contábil, o qual é menor do que o valor justo menos as despesas de venda.

**3.9 Imobilizado e intangível** - Registrados ao custo de aquisição e/ou formação, deduzidos das depreciações/amortizações acumuladas. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação e que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A empresa adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas e efetua periodicamente revisões do prazo de vida útil econômica de seus bens no ativo imobilizado. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. No exercício de 2010 a Companhia deu início à utilização do mecanismo "trava de depreciação" no cálculo das depreciações da conta Ônibus. A trava foi estipulada em 10% do valor dos bens que compõe a referida conta, o que representava o valor residual estimado do ativo aplicado na operação, após finalizada sua vida útil. Isso significa que 90% do saldo da conta se constituiu na base de cálculo da depreciação. A utilização desse mecanismo estendeu-se até 2013 e o impacto de sua adoção foi de R\$ 7.936, sendo o valor residual de cada bem reconhecido como custo no momento de sua respectiva baixa do imobilizado. A conta Terrenos foi registrada pelo valor justo, com base em laudo de avaliação suscrito por avaliador qualificado profissionalmente. O efeito da mais valia, no total de R\$ 9.042, foi reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido da empresa, no exercício de 2010. Os tributos incidentes sobre a mais valia perfazem o montante de R\$ 3.074.

Contas Imobilizado	Taxa de Amortização	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	-	11.290	-	-	-	11.290
Prédios	4	5.683	83	-	-	5.766
Instalações	10	596	-	-	-	596
Ônibus	10	169.124	-	(14.053)	-	155.071
Veículos auxiliares	20	555	(5)	-	-	550
Maq. e equipamentos	10	1.312	15 (24)	-	-	1.303
Equip. administrativos	10 e 20	11.363	11 (41)	-	1	11.334
Imobiliz. em andamento	-	2.096	-	-	-	2.097
<b>Sub-total</b>		<b>202.019</b>	<b>109 (14.123)</b>	<b>1</b>	<b>188.007</b>	
(-) Depreciações		(107.744)	19.732 (21.675)	-	-	(109.687)
<b>Total</b>		<b>94.275</b>	<b>19.841 (35.798)</b>	<b>1</b>	<b>78.320</b>	
Contas Intangível	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa	Transf.	Saldo em 31/12/2017
Software	20%	414	-	(1)	-	413
Marcas e patentes	-	3	-	-	-	3
<b>Sub-total</b>		<b>417</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>416</b>
(-) Amortização acumulada		(382)	-	(10)	-	(392)
<b>Total</b>		<b>35</b>	<b>-</b>	<b>(11)</b>	<b>-</b>	<b>24</b>

**3.10 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades fim da Companhia, sendo classificadas como passivos circulantes. São demonstrados por seu valor conhecido ou exigível e registrados de acordo com o regime de competência, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício.

**3.11 Empréstimos e Financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, e a seguir passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, incorridos até as datas dos balanços. Correspondem a financiamentos para renovação de frota ou capital de giro, todos com garantia de caução de duplicatas, avais e alienação fiduciária.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016
<b>(+) Receita bruta das vendas</b>	<b>3.21</b>	<b>153.541</b>	<b>155.543</b>
(-) Tributos Sobre Vendas		(3.089)	(3.107)
<b>(=) Receita líquida de vendas</b>		<b>150.452</b>	<b>152.436</b>
(-) Custo dos serviços prestados	3.22	(158.688)	(169.544)
<b>(=) Lucro bruto</b>		<b>(8.236)</b>	<b>(17.108)</b>
(-) Administrativas	3.22	(25.002)	(41.774)
(+) Ganhos de capital no imobilizado		(723)	(179)
(+) Venda de bens patrimoniais	60	40	(219)
(-) Custo dos bens baixados		(783)	(219)
(+) Outras receitas e desp das operações continuadas	3.19	(6.336)	(9.275)
<b>(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(40.297)</b>	<b>(68.336)</b>
(-) Resultado financeiro líquido	3.23	(2.890)	(5.900)
(+) Receitas financeiras		1.504	1.423
(-) Despesas financeiras		(4.394)	(7.323)
<b>(=) Resultado líquido do exercício</b>		<b>(43.187)</b>	<b>(74.236)</b>
(/) Quantidade de ações	3.18	803.124	669.791
<b>(=) Resultado líquido por ação (em reais)</b>		<b>(53,77)</b>	<b>(110,83)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC (MÉTODO INDIRETO)**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
--	------	------